

A FEIRA DE APARECIDA: AMBIVALENCIAS ENTRE RELIGIÃO, ECONOMIA E POLÍTICA

Adriano Santos Godoy
adrianosgodoy@gmail.com
FAPESP
PPGAS-UNICAMP
Mestrando

A Feira de Aparecida tem as suas mais de duas mil bancas montadas aos finais de semana e feriados há mais de cinquenta anos, visando os romeiros que por lá transitam. Em 2013, ela teve que ser completamente regularizada e reformulada. Durante a minha pesquisa de campo, pude acompanhar o embate político entre os feirantes, o clero e a prefeitura na reorganização desse espaço. Esse caso está inserido na minha pesquisa de mestrado, em andamento, que tem como eixo principal de abordagem a problematização da relação estabelecida entre *religião*, *economia* e *política* na cidade de Aparecida/SP. O que se pretende, nessa apresentação, é uma abordagem etnográfica em que esses termos sejam ambivalentes, em prol de uma análise antropológica capaz de contemplar *Aparecida* em sua composição específica.

Palavras-chave: Catolicismo – Devoção – Santuário – Consumo

INTRODUÇÃO

Minha pesquisa de mestrado, em andamento, tem como eixo principal de abordagem a problematização da relação estabelecida entre *religião*, *economia* e *política* na cidade de Aparecida/SP. O município está localizado no Vale do Paraíba, região leste do Estado de São Paulo, e é conhecido principalmente por ser sede do Santuário Nacional de Nossa Senhora da Conceição Aparecida – o qual ostenta o título de maior santuário católico do mundo, tanto em área construída como em fluxo de pessoas. Chamada de “capital da fé”, essa cidade-santuário é a grande referência do catolicismo brasileiro.

Dedicado a devoção à Imagem Aparecida, o Santuário Nacional conta com uma grandiosa estrutura própria, incluindo uma editora, uma rede de rádio, outra de televisão, e até mesmo um Shopping Center na frente do templo. Assim sendo, a cidade tem como principal fonte de renda as atividades voltadas justamente para as mais de dez milhões de pessoas que por lá passam anualmente.

Inicialmente, o objetivo era tratar da relação nebulosa entre *consumo* e *devoção* nesse espaço, já que essas duas atividades evidenciam, ao mesmo tempo, uma mútua dependência agregadora como uma tensão repelente. Contudo, no desenvolver da pesquisa de campo, a

abordagem pautada por esses dois referenciais se mostrou incompleta, na medida em que, mantendo uma oposição dicotômica simplista, não explicitava o emaranhado complexo das relações que produzem e são produzidas naquele contexto. Durante o período em que residi na cidade, tornou-se evidente tanto a impossibilidade de dissociação dos termos, como a complementaridade que configuravam.

Desta forma, na dissertação optou-se metodologicamente pela abordagem etnográfica de um único referencial, capaz de sintetizar a composição: *Aparecida*. Essa mesma palavra diz respeito a inúmeras coisas, e a sua evocação indiscriminada não remete a uma mera ambiguidade semântica, mas, sim, a uma ambivalência fundamental da sua caracterização. Assim, a abordagem se deu de três modos.

Em última instância, evidentemente, a palavra *Aparecida* diz respeito à imagem aparecida das águas do rio Paraíba do Sul no ano de 1717. Essa aparição, contudo, não é só o mito fundador do santuário, mas também do município. Justamente, devido aos desdobramentos da devoção a essa imagem, a vila de pescadores de Itaguaçu tornou-se a cidade de Aparecida/SP.

A abordagem etnográfica de *Aparecida* através da Imagem evidencia ser ela o referencial mais concreto, por se tratar de uma peça muito bem delimitada, em sua forma de barro. Essa mesma imagem, contudo, é capaz de agenciar relações sociais das mais variadas.

A mais evidente é a religiosa: intitulada Nossa Senhora Aparecida, ela faz parte da teologia católica à medida que evoca a figura bíblica de Maria de Nazaré. Dessa forma, o clero local direciona a sua devoção, administrando os rituais específicos a esse tipo de culto. Os devotos, por sua vez, com ela se relacionam, mas trazendo suas religiosidades específicas. Também existem as relações econômicas: reproduções da Imagem são vendidas nos mais variados formatos, desde estampas a réplicas idênticas, agindo como uma “marca” local. Assim, os aparecidenses tem nela sua fonte de renda, seja através da venda ou da produção. Do mesmo modo, as relações políticas: a Imagem é central na bandeira e no brasão da cidade, além de ter posição de destaque em prédios da administração pública, como a prefeitura, o fórum e a câmara de vereadores. A Imagem é uma santa, é um símbolo nacional e é uma marca.

Outra abordagem etnográfica possível de *Aparecida* se dá através do espaço: trata da sua configuração como uma cidade-santuário. Ou seja, ultrapassando os limites dos muros do Santuário Nacional e abarcando também o município que o rodeia, considerando ambos como parte do mesmo fenômeno. O fato, de essa localidade receber um fluxo tão grande de pessoas, faz com que sua função estritamente religiosa seja extrapolada. Para citar alguns exemplos quantitativos que ilustram bem o enorme fluxo de visitantes, há, na cidade de trinta e cinco mil habitantes, uma feira aberta com duas mil bancas e uma rede hoteleira com quarenta mil leitos. Isso faz com que a maior parte do bairro central seja voltada exclusivamente ao comércio e prestação de serviços, voltado ao chamado turismo religioso.

Por fim, a dissertação expõe uma abordagem etnográfica de *Aparecida* pelo discurso. Durante toda a pesquisa de campo, me deparei com acusações envolvendo os vários grupos locais. O que todos eles apontam, é uma tensão entre os limites de atuação uns dos outros. Essa situação cotidiana revela uma fronteira nebulosa entre as esferas da religião, da economia e da política. Isso implica, por exemplo, na atuação concomitante de integrantes do clero e do comércio local tanto em assuntos ditos religiosos, como nos ditos econômicos. Considerando essas pessoas não apenas agentes, mas também teóricos sobre o assunto, a abordagem escolhida visa questionar os limites metodológicos no uso desses termos analiticamente: é essa abordagem a escolhida para a presente apresentação.

Em suma, o que se pretende na dissertação em andamento, não é explorar o que a economia, a política e a religião dizem sobre *Aparecida*. Partindo do pressuposto de que em *Aparecida* essas três coisas são uma só, a intenção é uma abordagem etnográfica em que esses termos sejam ambivalentes, em prol de uma análise antropológica capaz de contemplar *Aparecida* em sua composição específica. Na presente apresentação, dados os limites postos, essa temática será abordada através do recorte etnográfico que se segue.

DESENVOLVIMENTO

“Quem é você? O que quer aqui?” me disse um dos três homens de boné, chinelos de dedo e sem camisa que me cercaram, com braços cruzados e olhares intimidadores. Sentado há poucos instantes, em uma sombra no meio-fio pra tomar água, e não entendendo a situação,

cheguei a olhar pros lados pra verificar se falavam comigo mesmo. “O que você quer?”, repetiu. Gaguejei algumas sílabas, pelo que fui interrompido “é repórter? polícia?” - “Não! Sou universitário e estou fazendo uma pesquisa” foi a resposta genérica, quase automática, que lhe dei.

Até então, eu não havia percebido o senhor Eliseu, um idoso que estava mais atrás, e que tomou proximidade do grupo - “pode deixar comigo”- sentando em seguida, ao meu lado, e gesticulando para que os três homens saíssem do entorno - “tá todo mundo da feira comentando de você, acharam muito suspeito tirar fotos: sabe como é, aqui é tudo na ilegalidade”. Expliquei prontamente que não tinha a intenção de divulgar as imagens e ele respondeu - “Não! Divulga sim! A gente quer que isso seja divulgado. Essa é a primeira coisa que você tem que pôr na sua pesquisa: que tudo nessa cidade tá na ilegalidade”.

Era o meu primeiro sábado na cidade de Aparecida/SP, o quarto dia desde minha mudança, e logo após percorrer todos os corredores da feira, registrando com uma câmera fotográfica a multidão de pessoas e coisas em circulação, eu também me perguntava o que queria ali, sem ter ainda uma resposta.

Eliseu, conhecido como Zulu pela cor da sua pele, tem por volta dos setenta anos de idade, calvo e portando óculos de lentes grossas, ele atua na feira desde os primórdios, e afirma ser um profundo entendedor do seu funcionamento. Puxando-me pelo braço, ele então se levanta do meio-fio e pede para eu segui-lo. Tento não me perder na multidão, enquanto ando entre os corredores labirínticos, até chegarmos a uma banca de roupas infantis, cuja dona chamada Rosângela foi candidata a vereadora nas últimas eleições. Após sermos apresentados, ela me submete a uma série de perguntas, como: de onde sou, qual minha faculdade, onde estou morando, quanto tempo estarei na cidade e o que exatamente queria saber.

Toda a desconfiança, a qual eu fora submetido até então, tinha um motivo: a Feira estava ameaçada de acabar, pelo menos do modo como ela era concebida. Alguns meses antes, em Novembro de 2012, os comerciantes foram pegos de surpresa por uma liminar judicial que proibia a montagem de bancas fora da Avenida Monumental. A razão, eles descobririam logo depois: uma denúncia ao Ministério Público, feita pela administração do

Santuário Nacional, alegando ser ilegal a prática desse tipo de comércio em rodovias federais, o que é o caso de todas as vias que dão acesso ao espaço da igreja.

A chamada Avenida Monumental (Papa João Paulo II) liga a rodoviária da cidade até o portão norte do Santuário Nacional. Dos dois lados prevalecem prédios de hotéis voltados para romarias, sendo o seu térreo ocupado por restaurantes e comércios variados. Com vias largas e arborizadas ela teria sido projetada para uma ampla visão do majestoso prédio da Basílica. Logo ao lado da rodoviária municipal, no centro da cidade, começa a feira aberta.

Acontecendo aos finais de semana e feriados, a Feira começa a ter suas bancas montadas na sexta-feira pela manhã para serem desmontadas somente na noite de domingo. Para entrar nela é preciso antes ultrapassar um cordão humano de pessoas que te puxa pelo braço, pela a camisa ou pelos os ombros. Primeiro é a distribuição de panfletos: hotéis, pousadas, restaurantes por quilo e bailes de forró. Seguidos dos gritos: “água refrigerante sorvete cerveja” e “olha o marmitex” são os mais comuns. Todos olham a grande atração que é um homem com uma caixa de papelão, e um taco de baseball, que simula estar batendo em um gato para então vender o seu apito. que simula o miado. Poucos metros de distância, outro homem, deitado de bruços no meio da rua, com roupas rasgadas e descalço, estende uma das mãos gritando “o que você me der Aparecida te dá em dobro”. Na lateral do prédio da rodoviária estão bancas de pastel, caldo de cana, sorvete e cocadas que se passa até chegar aos seis corredores possíveis da feira que ocupam todo o perímetro que dá acesso a Basílica.

Esses corredores são formados por bancas dos dois lados, cobertas com uma lona azul ou alaranjada, cada uma delas vão de dois a quatro metros quadrados. No momento em que se decide entrar, sobretudo nos horários de pico, dificilmente há facilidade na volta: começo a ser compelido a seguir o tráfego. Com pessoas na frente, atrás e dos lados, o meu corpo vai sendo compelido em frente. Há senhores de botina e chapéu de palha, mulheres maquiadas de vestido e salto alto, adolescentes de óculos espelhados e boné além dos carrinhos de bebê.

A trilha sonora é o funk que ecoa uma música diferente pelo menos a cada dez metros percorridos. Há grandes gargalos resultados dos ambulantes que estacionam seus carrinhos de venda no meio desses corredores, já estreitos. Com os produtos a mostra, abordam todos aqueles que passam, lentamente, pela sua frente. Sem aviso prévio alguns testam nas minhas

costas os aparelhos massageadores. A maioria das bancas não parece seguir um rigor quanto ao seu objeto de venda: são tênis importados, canecas do Botafogo, camisetas do Che Guevara, bonecos do Seu Madruga, quadros da Santa Ceia, celulares, aparelhos de som, sutiãs e relógios de Aparecida dividindo as mesmas prateleiras. Há também um senhor com microfone acoplado ao pescoço que ensina a fazer nhoque com suas ferramentas culinárias. É depois de atravessar um quilômetro de feira que se chega à entrada do Santuário. Com isso o tráfego de automóveis é fechado, assim como a visão da Basílica só é possível com certo esforço por entre os vãos das lonas.

Zulu explicou que as bancas regularizadas têm uma permissão de funcionamento pagas diretamente com a prefeitura, e que variam de acordo com o produto comercializado. No caso de Rosângela, que comercializa roupas, gira em torno de duzentos reais e seria a mais cara. Mas é a permissão para bancas de artesanato, a mais barata, que prevalece entre os feirantes mesmo que seja raro encontrar quem o venda. O valor de seiscentos a oitocentos reais, dependendo da localização, se dá através da chamada sublocação, prática ilegal: cinco ou seis “caciques” seriam donos da maior parte da feira e através de laranjas cobriam aluguel tanto de pontos regularizados como pontos “por fora” através do suborno dos agentes fiscais.

Desde a decisão judicial, uma série de pessoas vinculadas à Polícia Federal, aos bombeiros, ao sistema judiciário e à imprensa passou a ir até lá - “sempre com más intenções”. Era a algum desses grupos que eles temiam que eu fosse vinculado. Somente após serem feitos os devidos esclarecimentos, uma série de dados e números relativos à Feira passaram a ser elencados, assim como o aprofundamento acerca da conjuntura política.

Ora se referindo à minha pesquisa como “livro” e ora como “documentário”, Rosângela, Zulu e as demais pessoas, que conheci através deles, se dispuseram a falar comigo tendo como pressuposto que, com o registro que fazia dos acontecimentos, eu os ajudaria “na batalha” que travavam.

Justamente na época em que me mudei para a cidade, como já foi descrito, ocorria uma grande crise em relação à *Feira*. Funcionando há mais de cinquenta anos no mesmo perímetro, no final do ano de 2012 o *Santuário Nacional* formalizou uma denúncia no

Ministério Público para que parte dela, que ocorria no entorno dos seus portões, fosse removida já que se trata de uma Rodovia Federal. Acatada a decisão pela juíza foi dado um prazo muito curto para que a Prefeitura Municipal resolvesse o impasse.

A solução apontada pelo prefeito foi a de retirar os canteiros centrais da Avenida João Paulo II, em que ocorre a maior parte da Feira, para que com mais espaço fosse possível acolher as demais bancas que estavam pra fora dela. Por ser uma reforma demorada foi conseguindo vários prazos de extensão desde janeiro até julho em que a visita do Papa marcou o prazo final definitivo. Esse cenário acirrou os ânimos, criando uma tensão por um lado dos feirantes com a prefeitura e de ambos com a administração do *Santuário Nacional*. Acirramento esse que já estava aflorado no último ano com outra intervenção aos bombeiros, por parte “dos padres”, para que fosse respeitada uma série de normas de segurança nas bancas da feira.

Nesses seis meses pude acompanhar reuniões, assembleias e protestos dessas pessoas, cujos detalhes e desdobramentos não caberiam no presente texto. O que quero ressaltar é que longe de ser uma situação conjuntural, fui percebendo que se tratava de algo estruturante: esse embate político com os padres era tão antigo quanto a Feira.

Digo isso porque foram me contados diversos outros casos semelhantes, cujo mais evidente foi a construção do Centro de Apoio aos Romeiros, justamente uma tentativa da administração do Santuário Nacional de organizar o comércio ambulante irregular. “Sua pesquisa tem que mostrar todas as irregularidades, seja hotel ou feira”, pediu Zulu, ao explicar que se no alvará o hotel conta com dez quartos é ignorado que em cada um desses quartos existem pelo menos dez beliches. A ilegalidade é generalizada, ressalta ele, e não exclusiva dos feirantes: “Mas isso de sonegação começa com os padres! Ih, esses são os piores! Dizem que a igreja não deve pagar imposto e eu concordo e defendo isso, religião é sagrado mesmo, mas aquilo lá não é nem religião nem igreja, é igualzinho isso aqui. Tudo que vende aqui vende lá! Mas não dá pra mexer nisso não, aqui na cidade os padres são o quarto poder”.

Discurso similar ao que encontrei com os demais comerciantes da cidade, e mesmo entre os padres, a evocação da religião sempre apareceu como um demarcador, usado para limitar ou justificar as ações comerciais e políticas dos envolvidos. Se os padres usam do

discurso religioso para afirmar que o comércio é parte da sua missão, para os feirantes, pelo contrário, o fato de serem padres é maior argumento para que não se envolvam em atividades comerciais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Tendo feito uma série de viagens pontuais ao Santuário Nacional de Aparecida, desde 2009, meu interesse de pesquisa no mestrado foi direcionado principalmente para a relação estabelecida entre a devoção a Nossa Senhora Aparecida e o comércio local. Se esse interesse pode ser justificado pela evidente constatação empírica, do grande número de estabelecimentos comerciais ao redor da igreja, a minha motivação não foi tanto o que via e sim o que ouvia. A evocação das “lojinhas” de Aparecida/SP era uma constante nos diálogos, direta e indiretamente, e sempre acompanhada de uma posição firme de apreço ou desprezo por elas, mas raramente de indiferença. Por si só, esses diálogos evidenciavam certa tensão na existência daquelas lojas naqueles espaços, e era sobre isso que queria me aprofundar.

Nessas viagens, contudo, um incômodo metodológico surgiu da restrição da minha abordagem, tanto temporal como espacial, já que ela estava sempre circunscrita aos dias de maior movimento e ao entorno dos muros do Santuário. Foi assim que, de Fevereiro até Agosto de 2013, residi na cidade de Aparecida/SP, tendo como intuito tentar entender a relação lá estabelecida entre devoção e comércio.

O propósito de fixar residência na cidade por seis meses foi, antes de tudo, expandir esse enfoque anterior, vivenciando a dinâmica local cotidianamente e em localidades distintas, no intuito tanto de observar como essa relação era posta em prática, quanto ouvir o que as pessoas diretamente envolvidas pensavam a respeito.

Residindo na cidade, e com esse objetivo em mente, o desenvolvimento prático então se mostrou difícil. Guiado pelas palavras-chave do meu título inicial, isto é, *consumo* e *devoção*, e tendo consciência de uma mutua dependência entre ambas, que já notara antes, não sabia bem como as abordar empiricamente e de maneira distinta.

Dito de outro modo, realizando uma espécie de reconhecimento do campo, eu busquei propositalmente abrir o máximo possível minha perspectiva, antes de determinar de que modo

conduziria a abordagem. Não tendo como pressuposto o simples acaso, foi a minha inquietação inicial, sobre a relação entre *consumo* e *devoção*, que pautou a todo o momento, definindo voluntária e involuntariamente, por onde eu vagava. Isso resultou, por exemplo, em mais tempo passado nas ruas centrais da cidade, pelas quais encontrava os comerciantes e devotos, do que nas áreas mais periféricas e exclusivamente residenciais.

Sendo a principal fonte econômica da cidade a prestação de serviços, essa depende, evidentemente, do fluxo de pessoas que passa pelo Santuário. Cada qual a sua maneira, esses devotos tem nos visitantes da cidade a sua fonte de renda. De maneira extrema, como escutei de um lojista: “Tenho um amigo dentista que fala que não depende de romeiro, claro que depende! Sem romeiro na cidade, de onde o pessoal vai tirar grana pra arrumar o dente?”. Turner, no artigo que precede sua obra de referência, esboça essa extrapolação do Centro, em relação às peregrinações, sem se aprofundar.

Pilgrimage centers, in fact, generate a "field." I am tempted to speculate whether they have played at least as important a role in the growth of cities, markets, and roads as economic and political factors. (Turner & Turner, 1978: 228)

É justamente o que o autor chama de “campo” que interessa aqui, isso é, como “as cidades, mercados e estradas” estão mutuamente ligadas a esse centro de peregrinação, o englobando. A abordagem weberiana chega a apontar o mesmo sentido, ao afirmar que no processo de desencantamento “Templos e mosteiros, em toda parte, tornaram-se os próprios centros de economias racionais” (Weber, 1997: 165).

Porém, com mais cautela, deve-se evitar uma relação determinista ou de oposição, como meramente da localização geográfica. Entende-se que a atração dessa centralidade se dá pela combinação conjuntural desses fatores. Aqui não se busca a estrutura do Centro, mas uma abordagem de sua constante construção. Assim, aproxima-se da proposta presente na coletânea de Eade & Sallnow (1991).

The sacred centre, then, can assume many different forms. The thrust of our analytic endeavour should be not towards the formulation of ever more inclusive, and consequently ever more vacuous, generalizations, but instead towards the examination of the specific

peculiarities of its construction in each instance. (Eade & Sallnow, 1991: 9)

No afastamento da tradição turneriana, os autores rejeitam a uniformidade ou padronização dos centros de peregrinação. Chamando-os de centros sagrados, defendem que, pelo contrário, a abordagem deve se dar tanto pelas peculiaridades como as diferentes instâncias em que elas se manifestam. Concordando com eles, contudo, no caso de Aparecida é necessário um movimento além.

Ocorre que a função religiosa de Aparecida é tão sistêmica, permanente e explosiva quanto ao papel metropolitano desempenhado, no Brasil, pela Grande São Paulo. E neste sentido, Aparecida se diferencia da maior parte dos 85 santuários católicos brasileiros (Oliveira, 2000:98)

Aqui, compreende-se o Centro como não restrito ao Santuário, ainda que o englobe. Nesse sentido, ocultar a locução adjetiva "de peregrinação" não seria uma atitude de omissão em relação às atividades realizadas no Centro, mas um esforço de ampliar o ponto de vista que, não raro, fica comprometido e demasiadamente preso às restrições semânticas trazidas pelo adjunto em questão. Ao utilizar apenas a palavra "Centro", o propósito é o de não padronizar suas características dentro de um mesmo referencial, principalmente por esses referenciais serem o alvo constante de dúvidas, interpretações variadas, disputas e conflitos entre os envolvidos.

Em suma, a maioria dos romeiros não parece se comover com o fato de pisarem "a capital religiosa do Brasil". Sabem que é assim, mas não é isto que os põe em movimento (Fernandes, 1988:87).

O problema dessa limitação estaria em aplicar premissas tidas como religiosas, tanto para além como aquém do seu alcance. Assim, a decisão foi a de usar o termo *cidade-santuário*, por ter referência a esse duplo sentido do espaço, capaz de referir tanto ao espaço religioso do Santuário como dos aspectos comerciais ao seu redor.

Dado que Aparecida é um sujeito tão múltiplo quanto as relações que estabelece, e que essas relações se concentram em um espaço que é constantemente redefinido por elas, a

abordagem passa a ser a disputa entorno desse referencial. Característica mais que evidente, os conflitos trazem considerações discursivas relevantes, para entender como esses sujeitos pensam, constroem e são influenciados, cotidianamente, sobre, com, por e em Aparecida.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- EADE, John & SALLNOW, Michael J (org.). 1991. *Contesting the Sacred: the anthropology of Christian Pilgrimage*. Eugene: Illinois University Press.
- FERNANDES, Rubem César. 1988. “Aparecida: nossa rainha, senhora e mãe, saravá!” In: Sachs, V. (org.): *Brasil & EUA: religião e identidade nacional*. Rio de Janeiro: Graal, pp. 85-111.
- OLIVEIRA, Christian. 2000. “Centro de Apoio aos Romeiros de Aparecida: um complexo religioso ou turístico?” In: Rodrigues, Adyr Balastrieri (org.). *Turismo. Modernidade. Globalização*. São Paulo: Hucitec.
- TURNER, Victor & TURNER, Edith. 1978. *Image and pilgrimage in Christian culture*. New York: Columbia University Press.
- WEBER, Max. 1997. “Rejeições Religiosas do Mundo e Suas Direções” In: *Os Economistas: Max Weber. Textos Seleccionados*. São Paulo: Editora Nova Cultural. pp. 155-189.

